



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

COMITÊ DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE
GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

2025

RANAT 2025

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RODRIGO DIAS COELHO
Presidente

MARIA DA PENHA BERNARDES
Vice Presidente

RODRIGO GONÇALVES GATTO
Diretoria de Registro de Veículos

Clarice Pinto Barbosa
Diretoria de Habilitação

Raquel Rodrigues Borges
Diretoria de Identificação Civil

Wanderson Neto
Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação

Jorge Felipe de Oliveira Costa
Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais

1. INTRODUÇÃO:

Este relatório visa apresentar as atividades realizadas pelo Comitê de Implantação do Programa de Governança em Privacidade ao longo do exercício de 2025 de acordo com as competências enumeradas na PORTARIA DETRAN SEI N.º 6636 de 26 de junho de 2024.

Inicialmente foram enumeradas as políticas, planos, relatórios e guias orientativos publicados, Na sequência foram apresentados quadros com as informações extraídas dos controles internos do Sistema Eletrônico de Informações, dos processos gerados, recebidos, analisados e despachados pelo Comitê.

Por fim, foram apresentadas as informações de capacitação realizadas pelos integrantes do Comitê ao longo do ano.

2. POLÍTICAS E PLANOS PUBLICADOS

- **Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC)** - publicada por meio da Portaria DETRAN SEI nº 6739, de 07 de janeiro de 2025.

A Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) do DETRAN-RJ estabelece as diretrizes para proteger as informações do órgão, assegurando sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade. Alinhada à LGPD, a política se aplica a todos os servidores e terceiros, definindo papéis e responsabilidades específicas. Ela abrange desde a classificação de dados e gestão de acessos até a segurança física e lógica, exigindo a realização de capacitação do corpo interno, sob pena de responsabilização em caso de descumprimento.

Entre suas principais diretrizes, a POSIC detalha normas para o uso aceitável dos recursos tecnológicos, a obrigatoriedade de backups, a gestão de senhas e a proteção de ativos. A política também trata de temas modernos como trabalho remoto (com uso obrigatório de VPN), computação em nuvem e a resposta a incidentes de segurança, determinando ainda que deve ser revisada a cada dois anos para se manter atualizada e eficaz.

- **Política de Controle de Acesso – (PCA)** instituída pela Portaria DETRAN SEI nº 6.760, de 14 de março de 2025.

A PCA tem objetivo de estabelecer diretrizes para garantir a proteção, segurança e o acesso controlado às informações e recursos tecnológicos do órgão, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados. A política é fundamentada em princípios como o de "menor privilégio" – concedendo aos usuários apenas os acessos estritamente necessários para suas funções, na obrigatoriedade de credenciais de acesso pessoais e intransferíveis, no uso de autenticação robusta e na revisão periódica dos acessos concedidos.

A política detalha as responsabilidades de cada ator envolvido, atribuindo ao Gestor de Segurança da Informação a definição e supervisão das diretrizes, ao Responsável por Incidentes o monitoramento e resposta a eventos de segurança, aos Diretores e Assessores a autorização e supervisão dos acessos em suas áreas, e aos Usuários a guarda e uso adequado de suas credenciais. A política ainda estabelece a necessidade de auditorias regulares e prevê a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais em caso de descumprimento, sendo revisada anualmente para manter sua efetividade.

- **Política de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo (PRCS)**, instituída pela Portaria DETRAN SEI nº 6.762, de 7 de abril de 2025.

A PRCS estabelece os deveres de todos os agentes públicos (servidores, terceirizados, estagiários, etc.) que tenham acesso a informações da autarquia. O acesso aos sistemas e dados só é permitido após a assinatura de um Termo de Compromisso, pelo qual o agente declara ciência e obrigação de cumprir as políticas de segurança e privacidade da instituição. A norma define como "Parte Receptora" o agente público, que deve manter sigilo absoluto sobre qualquer informação a que tiver acesso, utilizando-a exclusivamente para fins profissionais e abstendo-se de divulgá-la a terceiros sem autorização expressa.

A política detalha as obrigações de proteção de dados, alinhadas à LGPD, e a adesão a outras políticas internas de segurança e controle de acesso. Em caso de descumprimento, o agente público está sujeito a penalidades que incluem multas, indenizações por danos materiais e morais, além de responsabilização disciplinar, civil e criminal. A portaria também prevê a realização de auditorias para monitorar o cumprimento das regras e estabelece um fluxo para o reporte imediato de qualquer incidente de segurança ou quebra de confidencialidade.

- **Política de Gestão e Controle de Riscos (PGCR)**, publicada pela Portaria DETRAN SEI nº 6.790, de 25 de abril de 2025.

A PGCR tem objetivo central de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos que possam impactar os objetivos

institucionais, promovendo uma cultura organizacional de gestão de riscos.

A implantação segue o "Modelo das Três Linhas", definindo responsabilidades para as diretorias e assessorias (1ª linha), para o Gestor de Segurança da Informação, que coordena o processo (2ª linha), e para a Assessoria de Controle Interno, que audita a eficácia do sistema (3ª linha). O processo de gestão de riscos é contínuo, abrangendo desde o estabelecimento do contexto até a comunicação dos riscos, e deve ser integrado às demais políticas de governança e proteção de dados do órgão.

- **Plano de Resposta a Incidentes de Segurança (PRISIC)**, instituído pela Portaria DETRAN SEI nº 6.835, de 30 de junho de 2025.

O PRISIC estabelece um fluxo institucional para notificação, tratamento e comunicação de incidentes e define papéis e responsabilidades dos agentes envolvidos. O PRISIC integra a estrutura do programa de governança e privacidade da autarquia, e detalha as etapas de resposta a um incidente, de segurança desde a identificação até a elaboração de um relatório final.

O plano cria uma equipe multidisciplinar para atuar de forma coordenada, com destaque para as atribuições do Responsável pelo Tratamento e Resposta a Incidentes, do Encarregado de Dados Pessoais e do Gestor de Segurança da Informação. A política detalha também o fluxo de comunicação necessário ao Encarregado e, se necessário, à ANPD e aos titulares dos dados, assegurando a conformidade com a legislação de proteção de dados.

- **Política de Classificação de Informação, Sigilo e Temporalidade (PCIST)** em tramitação no SEI-150016/077199/2025. Aguardando parecer da Diretoria Jurídica.

A portaria visa proteger informações sensíveis, classificando-as em graus de sigilo (Ultrassegredo, Secreto e Reservado) com base na imprescindibilidade para a segurança da sociedade ou do Estado, e garante o tratamento adequado de dados pessoais, conforme exigido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Além disso, a PCIST estrutura um ciclo de vida seguro para os documentos e processos, desde sua criação até a destinação final, definindo prazos de guarda e critérios para eliminação ou arquivamento permanente, com base no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade do órgão. A política também institui procedimentos para a reavaliação periódica e a desclassificação de informações, fomenta a governança da informação por meio de treinamentos e da assinatura de Termos de Compromisso, e se aplica a todos os servidores, colaboradores e unidades do DETRAN-RJ, integrando-se às demais políticas de segurança e privacidade da autarquia.

- **Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PGPPDP)** em tramitação no SEI-150016/061791/2025.

Em síntese, o Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PGPPDP) constitui todo o conjunto de agente de documentos, que inclui a designação de agentes específicos (como o Encarregado pelo Tratamento de Dados - DPO e o Gestor de Segurança da Informação) a criação de comitês deliberativos políticas setoriais (como a Política de Segurança da Informação e a Política de Privacidade) e relatórios de impacto. O objetivo central é estabelecer diretrizes para o tratamento de dados

pessoais, assegurando a conformidade com a LGPD e demais normativos, bem como a proteção dos direitos dos titulares.

A governança é estruturada de forma integrada, por meio da atuação coordenada de diversos agentes e comitês. O documento detalha as competências específicas do Comitê de Implantação do Programa (COMPGP), do DPO, do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COMGTIC), do Gestor de Segurança da Informação (GSI) e do Responsável pelo Tratamento e Resposta a Incidentes (RTRI). Essa estrutura sinérgica visa garantir a efetividade do programa, promovendo a segurança, a transparência e a gestão de riscos no tratamento de dados, além de fomentar uma cultura institucional de privacidade e proteção de dados.

3. GUIAS PUBLICADOS

No âmbito do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, foi organizado em abril de 2025 e divulgado internamente o Guia Orientativo para Instrumentos Jurídicos que Tratam Dados Pessoais, estabelecendo diretrizes claras para garantir a conformidade do DETRAN-RJ com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O documento padroniza a abordagem para contratos, convênios, acordos de cooperação técnica e credenciamentos, assegurando que todos os instrumentos jurídicos contenham cláusulas específicas de proteção de dados, independentemente do risco inicial de exposição a informações pessoais.

O guia fornece modelos de cláusulas contratuais que definem os papéis de controlador e operador, estabelecem medidas de segurança, preveem procedimentos para incidentes e regulamentam a eliminação de dados ao término dos contratos. Esta iniciativa reforça o compromisso institucional com a segurança da informação e a proteção dos direitos dos cidadãos, mitigando riscos jurídicos e fortalecendo a transparência nas operações que envolvem tratamento de dados pessoais.

4. RELATÓRIOS DE IMPACTO A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - RIPD

O RIPD é a documentação que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD e às liberdades civis e aos direitos fundamentais do titular de dados. Deve conter, ainda, as medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco, nos termos dos artigos 5º, inciso XVII, e 38 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Abaixo seguem os RIPDs já desenvolvidos e em desenvolvimento no DETRAN RJ.

RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS			
PROCESSO	UNIDADE	STATUS	DATA
POSSE DE NOVO SERVIDOR	COOGP	CONCLUÍDO	17/07/2025
EMIÇÃO DE PRIMEIRA LICENÇA	DRV	CONCLUÍDO	08/09/2025
EMIÇÃO DA CIN	DIC	EM ANDAMENTO	
EMIÇÃO DA CNH	HAB	EM ANDAMENTO	

5. INVENTÁRIOS DE DADOS

O Inventário de Dados Pessoais consiste no registro das operações de tratamento dos dados pessoais realizados pela instituição. Esse registro envolve descrever informações em relação ao tratamento de dados pessoais realizado pelo órgão como:

- atores envolvidos (agentes de tratamento e o encarregado);
- finalidade (o que a instituição faz com o dado pessoal);
- hipótese (arts. 7º e 11º da LGPD);
- previsão legal;

- dados pessoais tratados pela instituição;
- categoria dos titulares dos dados pessoais;
- tempo de retenção dos dados pessoais;
- instituições com as quais os dados pessoais são compartilhados;
- transferência internacional de dados (art. 33 LGPD); e
- medidas de segurança atualmente adotadas.

O Inventário representa um documento importante de governança de dados pessoais e de subsídio para avaliação de impacto à proteção de dados pessoais com vistas a verificar a conformidade da instituição no que se refere ao preconizado pela LGPD.

Inventários já elaborados e em andamento:

INVENTÁRIO DE DADOS			
PROCESSO	UNIDADE	STATUS	DATA
POSSE DE NOVO SERVIDOR	COOGP	CONCLUÍDO	17/07/2025
EMIÇÃO DE PRIMEIRA LICENÇA	DRV	CONCLUÍDO	17/07/2025
EMIÇÃO DA CIN	DIC	EM ANDAMENTO	13/08/2025
EMIÇÃO DA CNH	HAB	EM ANDAMENTO	

6. QUADRO DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS

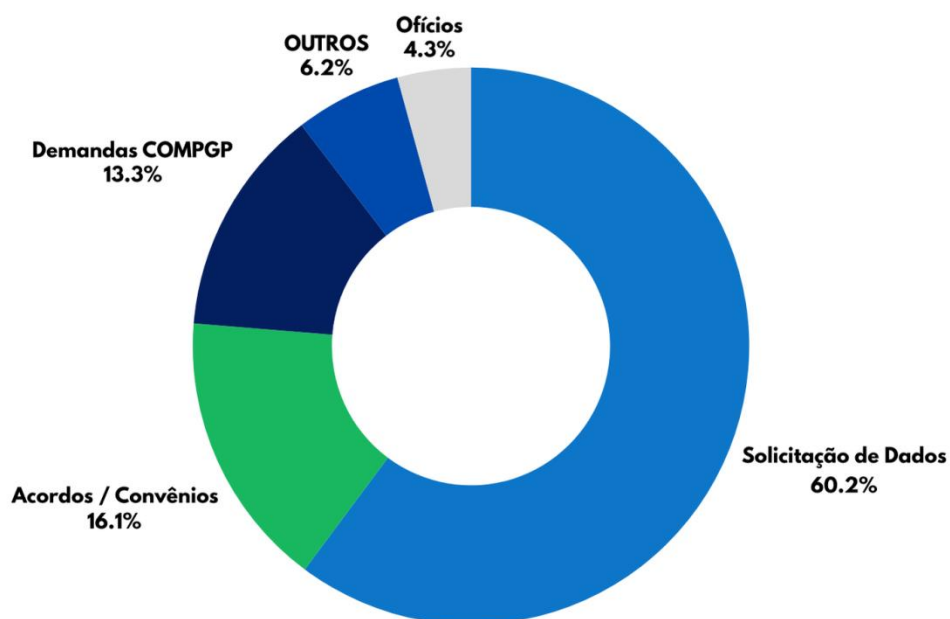
A seguir, apresentamos quadro expositivo com informações sobre capacitações e demais certificações realizadas pelo Encarregado pelo tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Detran RJ.

MEMBRO	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
JORGE FELIPE DE OLIVEIRA COSTA	Praticando a LGPD	ENAP	22 horas	07/04/2025 a 14/07/2025
	Conhecendo a legislação de proteção de dados pessoais	ENAP	20 horas	11/02/2025 a 02/09/2025
	EXIN Privacy and Data Protection Essentials based on LGPD	EXIN	-	18 /06/2025
	Plano de Digitalização de Serviços Públicos	Escola de Contas e Gestão do TCE - RJ	-	26/03/2025
	Red Hat OpenShift Administration I: Operating a Production Cluster (DO180) - Ver. 4.14	Red Hat	32 horas	05/06/2025

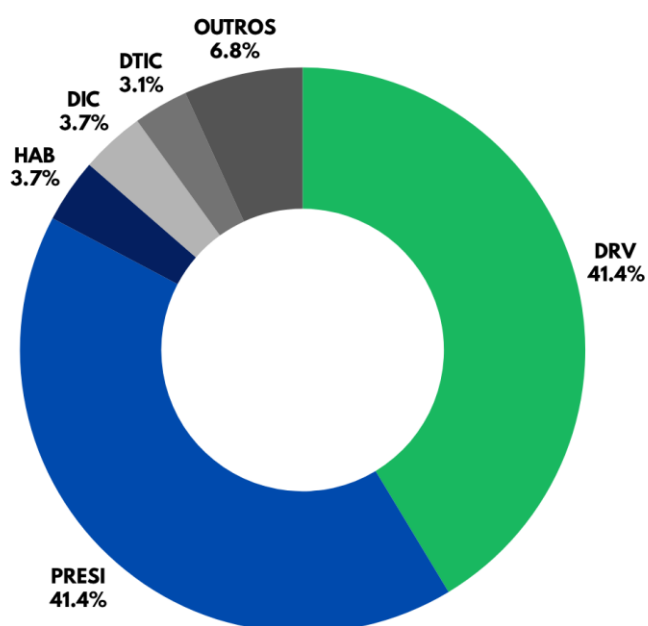
7. QUADRO DEMONSTRATIVO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

MEMBRO	EVENTO	LOCAL	PERÍODO
JORGE FELIPE DE OLIVEIRA COSTA	AND TECH promovido pela AND (Associação Nacional dos Detrans)	São Paulo - SP	03/06/2025 a 05/06/2025
	Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública - SECOP 2025	Brasília - DF	06/08/2025 a 07/08/2025
	Encontro Nacional dos Detrans	Foz do Iguaçu - PR	09/09/2025 a 12/09/2025
	2º Fórum dos Encarregados pelo Tratamento de Dados - IERBB/MPRJ	Rio de Janeiro - RJ	19/09/2025
	2º Encontro ANPD de Encarregados	Brasília DF	07/08/2025
	Rio Innovation Week	Rio de Janeiro RJ	12/08/2025 a 15/08/2025

PROCESSOS RECEBIDOS NA UNIDADE QUANTO AO TIPO



PROCESSOS RECEBIDOS NA UNIDADE QUANTO À UNIDADE DEMANDANTE



EMISSÃO DE PARECERES			
ENTIDADE	UNIDADE DEMANDANTE	PROCESSO	STATUS
Cartório 1º Of. São Gonçalo	DETRAN/ASSPROCV	SEI-150016/137365/2025	Concluído
Cartório 1º Of. São Gonçalo	DETRAN/ASSPROCV	SEI-150016/137368/2025	Concluído
DETRAN	DETRAN/COOCI	SEI-150016/059856/2025	Concluído
LOTERJ	DETRAN/PRESI	SEI-150013/000322/2025	Concluído
LOTERJ	DETRAN/PRESI	SEI-150013/000331/2025	Concluído
LOTERJ	DETRAN/PRESI	SEI-150013/000330/2025	Concluído
COMAER	DETRAN/PRESI	SEI-150016/066130/2025	Concluído
INEA	DETRAN/PRESI	SEI-150016/029715/2025	Concluído

ANÁLISE DE SOLICITAÇÕES DE DADOS			
ÓRGÃO SOLICITANTE	PROCESSO		STATUS
DETRAN	SEI-150016/150526/2025	Solicitação de Dados	Deferido
PJERJ	SEI-150016/152589/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CORREIOS	SEI-150016/151499/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CORREIOS	SEI-150016/151508/2025	Solicitação de Dados	Deferido
TRT 17 REGIÃO	SEI-150016/153534/2025	Solicitação de Dados	Deferido
ANTT	SEI-150016/151844/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
REQUERIMENTO GERAL	SEI-150016/146241/2025	Solicitação de Dados	Deferido
SJRJ	SEI-150016/144778/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/146157/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
PJERJ	SEI-090001/001487/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/143364/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/143362/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/143361/2025	Solicitação de Dados	Deferido
SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	SEI-090001/001389/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/141559/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/141548/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/141557/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/139058/2025	Solicitação de Dados	Deferido
JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO	SEI-150016/136138/2025	Solicitação de Dados	Deferido
POLÍCIA MILITAR	SEI-350019/019796/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/137584/2025	Solicitação de Dados	Deferido
INSS	SEI-150016/134726/2025	Solicitação de Dados	Deferido

OAB	SEI-150016/135364/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/125934/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
OAB	SEI-150016/134098/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/131161/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CORREIOS	SEI-150016/133859/2025	Solicitação de Dados	Deferido
MARINHA DO BRASIL	SEI-150016/133138/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/117713/2025	Solicitação de Dados	Deferido
MINISTÉRIO DA DEFESA	SEI-150016/115229/2025	Solicitação de Dados	Deferido
PGE	SEI-140001/040997/2025	Solicitação de Dados	Despachado
PGE	SEI-140001/032008/2025	Solicitação de Dados	Despachado
Prefeitura de Nova Friburgo	SEI-150016/119831/2025	Solicitação de Dados	Deferido
REQUERIMENTO GERAL	SEI-150016/125934/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/128041/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA	SEI-150016/123907/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/125104/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
VISION MED	SEI-150016/124910/2025	Solicitação de Dados	Deferido
TOYOTA DO BRASIL	SEI-150016/119175/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
Ministério da Defesa	SEI-150016/115277/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/108927/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CET SP	SEI-150016/110058/2025	Solicitação de Dados	Deferido
SETRAM	SEI-100001/002246/2024	Solicitação de Dados	Despachado
CET SP	SEI-150016/110059/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CORREIOS	SEI-150016/112002/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/108927/2025	Solicitação de Dados	Deferido

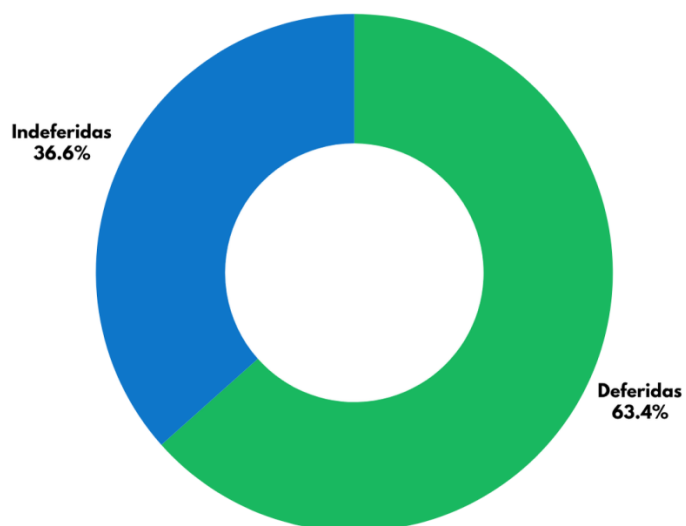
SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	SEI-090001/001087/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/099123/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/100837/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/098796/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/089422/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
INEA	SEI-070002/006985/2025	Solicitação de Dados	Deferido
PJMS	SEI-150016/083284/2025	Solicitação de Dados	Deferido
TRF3	SEI-150016/088426/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
INEA	SEI-070002/006985/2025	Solicitação de Dados	Deferido
SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	SEI-090001/000839/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA	SEI-150016/087451/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/188480/2024	Solicitação de Dados	Despachado
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/080876/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/080875/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/080877/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
POLÍCIA FEDERAL	SEI-150016/079923/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/078125/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CORREIOS	SEI-150016/078129/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/076288/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CORREIOS	SEI-150016/075895/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/071350/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/073490/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
PRF	SEI-150016/071810/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/197789/2024	Solicitação de Dados	Indeferido

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL	SEI-360006/001546/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/184081/2024	Solicitação de Dados	Indeferido
PCRN	SEI-150016/072376/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/060460/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
INEA	SEI-070002/007014/2025	Solicitação de Dados	Deferido
PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO	SEI-150016/068313/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/067664/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
PJERJ	SEI-150016/065829/2025	Solicitação de Dados	Deferido
DETRAN	SEI-150016/063796/2025	Solicitação de Dados	Deferido
TRT1	SEI-150016/047361/2024	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/063290/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/062223/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/065484/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/061211/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
DETRAN	SEI-150016/049923/2025	Solicitação de Dados	Deferido
AGU	SEI-150016/058516/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/057949/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/057659/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/057946/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/054273/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/053296/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/054733/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/039026/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/047438/2025	Solicitação de Dados	Deferido

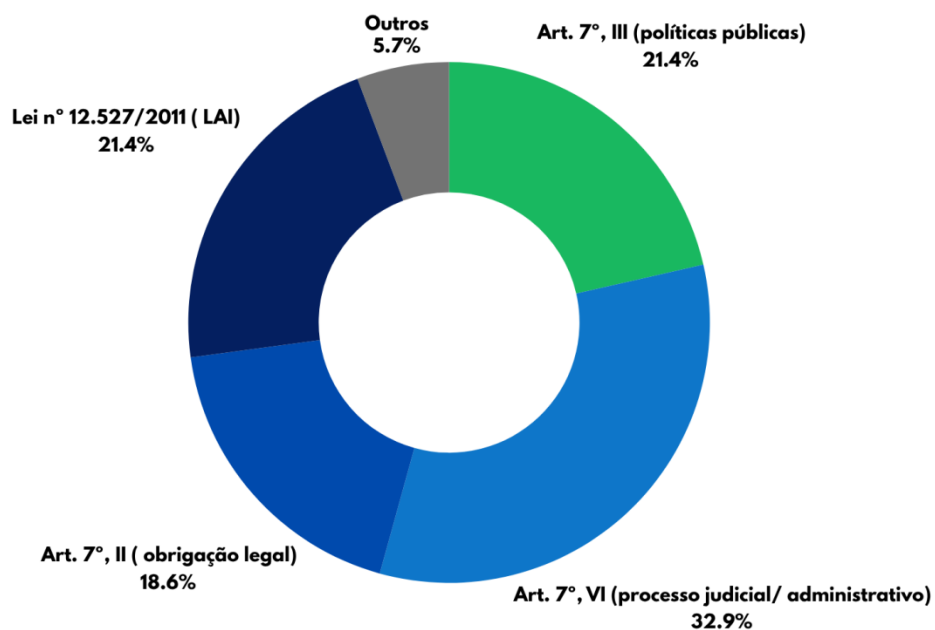
MINISTÉRIO DA FAZENDA	SEI-150016/048309/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/048970/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CORREIOS	SEI-150016/044218/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/035151/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/029124/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/031451/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/026109/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
DETRAN	SEI-150016/191416/2024	Solicitação de Dados	Deferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/017649/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/017885/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/017904/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/014715/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL	SEI-360072/000195/2023	Solicitação de Dados	Deferido
PJERJ	SEI-150016/200041/2024	Solicitação de Dados	Indeferido
PRF	SEI-150016/011476/2025	Solicitação de Dados	Deferido
PRF	SEI-150016/011448/2025	Solicitação de Dados	Deferido
PJERJ	SEI-150016/003854/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CGE	SEI-320001/000028/2025	Solicitação de Dados	Deferido
MAPA	SEI-150016/141310/2024	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/189000/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
SESP	SEI-090001/001953/2025	Solicitação de Dados	Deferido
OAB	SEI-150016/195751/2025	Solicitação de Dados	Deferido
Fundação Habitacional do Exército	SEI-150016/192976/2025	Solicitação de Dados	Deferido
TJSC	SEI-150016/191806/2025	Solicitação de Dados	Deferido

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEI-150016/190235/2025	Solicitação de Dados	Deferido
UERJ	SEI-260006/044698/2025	Solicitação de Dados	Deferido
Prefeitura do Rio de Janeiro	SEI-150016/189828/2025	Solicitação de Dados	Deferido
REQUERIMENTO GERAL	SEI-150016/172049/2025	Solicitação de Dados	Deferido
CBMERJ	SEI-270007/050677/2025	Solicitação de Dados	Deferido
Ministério da Defesa	SEI-150016/182996/2025	Solicitação de Dados	Deferido
SEPOL	SEI-360006/004409/2025	Solicitação de Dados	Deferido
REQUERIMENTO GERAL	SEI-150016/151223/2025	Solicitação de Dados	Indeferido
OAB	SEI-150016/183208/2025	Solicitação de Dados	Deferido

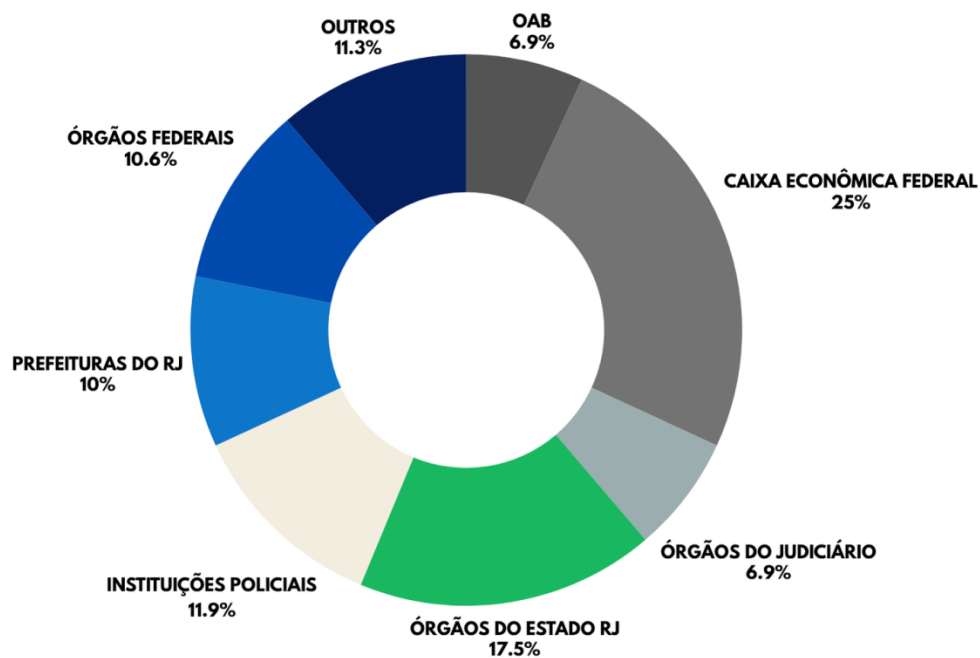
SOLICITAÇÕES DE DADOS DEFERIDAS / INDEFERIDAS



SOLICITAÇÕES DE DADOS DEFERIDAS QUANTO À BASE LEGAL



SOLICITAÇÕES DE DADOS QUANTO AO ÓRGÃO DEMANDANTE



ANÁLISE DE PROCESSOS QUE ENVOLVEM ACORDOS DE COOPERAÇÃO / CONVÊNIOS			
OBJETO	INSTITUIÇÃO	PROCESSO	STATUS
Instalação e funcionamento de Postos de Identificação Civil.	Fundação Leão XIII	SEI-150016/141117/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de Miguel Pereira	SEI-150016/129312/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de Cachoeira de Macacu	SEI-150016/102301/2025	Concluído
Desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o compartilhamento de dados.	POLÍCIA FEDERAL	SEI-150016/121557/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de Guapimirim	SEI-150016/113422/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de São Pedro da Aldeia	SEI-150016/103846/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de Mangaratiba	SEI-150016/100573/2025	Concluído
Cooperação visando à confirmação de identidade de cidadãos junto à base de identificação civil do Estado do Rio de Janeiro, através da utilização de API do sistema ZFace.	SEPM	SEI-350011/000070/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de Nova Friburgo	SEI-150016/102334/2025	Concluído
Administração do trânsito no MUNICÍPIO quanto ao exercício do poder de polícia competindo-lhes aplicação de penalidades.	Prefeitura de Itaguaí	SEI-150016/107048/2025	Concluído
Integração da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL como órgão Participante do Portal da Segurança do Estado do Rio de Janeiro.	PRF	SEI-150016/019557/2025	Concluído
Solicitação de acesso à base de dados de proprietários de veículos.	INEA	SEI-070002/011122/2025	Concluído
Intercâmbio de bases de dados entre para o desenvolvimento de Carteira de Identidade Funcional Digital do Estado do Rio de Janeiro	PRODERJ	SEI-430002/000623/2023	Concluído
Implementação de Sistema de agendamento, a fim de promover assistência jurídica aos privados de liberdade, através de atendimentos a serem realizados nos parlatórios em todas as Unidades Prisionais e	SEAP/ OAB	SEI-210001/104638/2024	Concluído

Hospitales situadas no Estado do Rio de Janeiro			
Compartilhamento de informações veiculares de interesse público entre o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ e o Município de Campos dos Goytacazes.	Prefeitura de Campos	SEI-150016/082367/2025	Concluído
Instalação e o funcionamento de Posto de Identificação Civil do DETRAN/RJ, com o objetivo de promover o atendimento, cadastramento e o fornecimento de carteiras de identidade ao público em geral.	MARINHA DO BRASIL	SEI-150016/066534/2025	Concluído
Solicitação de acesso aos registros mantidos pelo DETRAN/RJ relativos a Pessoas com Deficiência (PcD), com vistas à análise dos requerimentos de isenção de IPVA	SEFAZ	SEI-040006/016693/2024	Concluído
transferência de arquivos ou serviço (webservice), às bases de dados desta Autarquia, dentre elas as de Identificação Civil, Habilitação (RENACH), Veículos (RENAVAM e multas) e o cadastro de torcedores impedidos de comparecer a eventos desportivos, assim como à base de dados do Sistema de Identificação Penitenciária (SIPEN), da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP)	MPRJ	SEI-150023/000802/2022	Concluído
Instalação e funcionamento de Postos de Identificação Civil.	Prefeitura de Nova Iguaçu	SEI-150016/077071/2025	Concluído
Disponibilização dos dados de identificação de servidores do TRE-RJ para o desenvolvimento da carteira de identidade digital do TRE-RJ e implantação em ambiente virtual (aplicativo) de equipamento móvel.	Tribunal Regional Eleitoral	SEI-150016/031222/2025	Concluído
Permitir à SESP acesso integral, por meio de transferência de arquivos ou serviço (webservice), às bases de dados administradas pelo DETRAN/RJ, incluindo as informações de Identificação Civil, Habilitação (RENACH), Veículos (RENAVAM, multas) e demais dados de interesse comum, com a finalidade de apoiar atividades de inteligência, investigação e repressão de infrações penais.	SESP	SEI-090001/001170/2024	Concluído
Consulta acerca da viabilidade de formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), disponibilização de API sobre informação de cidadão com deficiência ou autismo.	SECC	SEI-150001/001034/2025	Concluído
Instalação e funcionamento de Postos de Identificação Civil.	Município de Queimados	SEI-150016/058145/2025	Concluído

Integração das bases de dados de veículos e da carteira nacional de habilitação – CNH, do DETRAN/RJ, com os sistemas da SEPM	SEPM	SEI-350011/000075/2025	Concluído
Instalação e funcionamento de Postos de Identificação Civil.	MPRJ	SEI-150016/054762/2025	Concluído
Compartilhamento de informações veiculares de interesse público entre o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ e o Município de Campos dos Goytacazes.	Prefeitura de Campos	SEI-150016/052735/2025	Concluído
Acesso aos sistemas do DETRAN-RJ, para consulta de dados cadastrais de veículos, proprietários, débitos e restrições, em cumprimento ao disposto na Resolução Conjunta SESP e SEPOL nº 06/2025	SEPOL	SEI-360006/001162/2025	Concluído
Cooperação mútua entre os partícipes para a disponibilização ao TRF2 e à JUSTIÇA FEDERAL, em consulta on-line, da base de dados do Sistema de Identificação Penitenciária – SIPEN.	SEAP/ TRF2	SEI-210001/001113/2021	Concluído
Acesso integral, via transferência de arquivos ou serviços (webservice), às bases de dados do Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes (SIAD).	DEGASE / MPRJ	SEI-030002/003246/2024	Concluído
Solicitação do envio de informações mencionadas no item 1, acrescido do CPF (onde houver), com o envio das fotos e dados em lote único com atualização diária.	SEPM	SEI-350011/002993/2024	Concluído
Intercâmbio de informações de interesse recíproco, principalmente pesquisas eletrônicas, extrações via Webservice, de prontuários civis, visando apuração de eventual ilegalidade no requerimento, concessão ou manutenção de benefício previdenciário e assistencial.	INSS	SEI-150016/050065/2024	Concluído
instalação e o funcionamento, sem exclusividade, de Postos de Identificação Civil no Município	Prefeitura de Volta Redonda	SEI-50002/000498/2025	Concluído
instalação e o funcionamento, sem exclusividade, de Postos de Identificação Civil no Município	Prefeitura de Volta Redonda	SEI-150016/196832/2025	Concluído

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2025 vem consolidando a maturidade da implementação do Programa de Governança e Privacidade de Dados. A análise dos processos tratados ao longo do ano evidencia não apenas a operacionalização do programa, mas também a crescente aderência da organização às melhores práticas em proteção de dados.

O perfil das demandas recebidas, majoritariamente composto por Solicitações de Dados (60,2%), demonstra a centralidade do Comitê como agente facilitador e controlador do fluxo informacional. A origem dessas solicitações revela um amplo espectro de interações institucionais: a Caixa Econômica Federal figura como maior demandante (25,0%), seguida por órgãos do Estado do RJ (17,5%), instituições policiais (11,9%), órgãos federais (10,6%), prefeituras do Rio de Janeiro (10,0%), e órgãos do Judiciário (6,9%). Esse panorama reforça a necessidade contínua de assegurar que o tratamento de dados pessoais ocorra em estrita conformidade com a base legal. O significativo volume de processos relacionados a Acordos e Convênios (16,1%) complementa esse cenário, destacando o papel crítico da governança na avaliação de riscos em parcerias que envolvam compartilhamento de dados pessoais.

As análises das solicitações de compartilhamento de dados apresentam taxa de 63,4% de deferimento e atestam o compromisso da organização em viabilizar informações de forma ágil, sempre que os requisitos legais e de segurança são integralmente atendidos. Um detalhamento essencial desses deferimentos revela a predominância de bases legais sólidas e bem fundamentadas: o (Art. 7º, inciso III da LGPD) foi aplicado em 21,4% dos casos, enquanto o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Art. 7º, inciso II) respaldou 18,6% das autorizações. A base mais utilizada, referente ao exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo (Art. 7º, inciso VI), fundamentou 32,9% dos compartilhamentos, destacando o alinhamento do Comitê com demandas legítimas do poder público. Ademais, a Lei de Acesso à Informação (LAI) serviu como base legal para 21,4% das solicitações deferidas, reforçando o compromisso com a transparência.

Por outro lado, o índice de 36,6% de indeferimento sublinha o rigor e a seriedade com que o Comitê exerce sua função de zelar pelos direitos dos titulares e pela integridade das informações, atuando como uma efetiva barreira contra tratamentos inadequados ou carentes de fundamentação legal.

A análise das unidades demandantes internas revela um engajamento estratégico de alto nível. O fato da Presidência (41,4%) e a Diretoria de Registro de Veículos (41,4%) serem as principais solicitantes, somando mais de 80% das demandas, demonstra que a governança de dados é tratada como uma prioridade pela alta administração e por áreas finalísticas da Autarquia.

Em síntese, os números de 2025 demonstram um cenário de adesão, com desafios que seguem presentes, especialmente no sentido de expandir a conscientização interna e a otimização do fluxo de demandas externas.